



Biênio 2011/2012

# Câmara em Ação

Informativo Oficial da Câmara Municipal de Cambuí - MG

Ano 2 / Edição 18

Acesse: [www.camaracambui.mg.gov.br](http://www.camaracambui.mg.gov.br)

Junho de 2012

## POLÍTICA

**VEREADORES REJEITAM INVESTIGAÇÃO DE DENÚNCIA CONTRA PREFEITO E PRESIDENTE DO FAPEM**  
PAG 03

## CÂMARA ITINERANTE

**CÂMARA REALIZA ÚLTIMA SESSÃO ITINERANTE DO 1º SEMESTRE NA VILA SANTA EDWIGES**  
PAG 04

## POLÍTICA

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS É APROVADA EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
PAG 04

## Cambuí ganha abrigo para crianças vítimas de violência

*Crianças serão atendidas como se estivessem dentro de uma família*



Não jogue este Informativo em vias públicas

tribuir para que as famílias possam se reorganizar para receber os menores”.

Durante a inauguração o Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, Dr. Alceu José Torres Marques, destacou que esta iniciativa é pioneira no Estado e que

servirá como exemplo para outros municípios. Segundo Marques, “a justiça de maneira geral foi preparada para punir e julgar pessoas, ações como estas evitam que crianças vítimas se transformem em criminosos amanhã”.

A união de esforços entre a Cruzada Pró-Infância, Câmara Municipal de Cambuí e Ministério Público, na pessoa da Promotora Karina Seiko Hashizume, foram determinantes para que as Prefeituras de Cambuí, Córrego do Bom Jesus e Senador Amaral fizessem o

convênio que garante o repasse de R\$10 mil mensais para o custeio das despesas do abrigo, que inicialmente contará com cinco funcionários.

Segundo a Promotora Hashizume, antes da inauguração da casa, as crianças eram encaminhadas para os abrigos de Camanducaia, Itajubá e Extrema, o que gerava o afastamento das famílias. “Esse é um passo fundamental para proteger as crianças vítimas de nossa Comarca sem gerar alienação familiar”.

Com o intuito de acolher crianças em situação de risco, omissão ou violência constante, foi inaugurada neste mês em Cambuí a Casa da Criança; um projeto antigo da Cruzada Pró-Infância que se tornou realidade com o apoio do Ministério Público, Poder Legislativo de Cambuí e Prefeituras da Comarca que irão subsidiar as atividades da casa.

A casa instalada no Bairro Água Comprida tem ca-

pacidade para atender 20 crianças, que receberão orientação multidisciplinar, por no máximo um ano. De acordo com a Promotora Rosângela Di Lorenzo Bello, responsável pelo abrigo, o objetivo da estrutura da casa lar é garantir o direito da criança às necessidades básicas de educação, saúde, lazer e afeto, através do convívio familiar substituto, denominado família social. “Vemos nessa iniciativa uma maneira de con-

### Histórico

O alto número de ocorrências registradas pelo Conselho Tutelar de Cambuí no primeiro semestre de 2011; um total de 586 atendimentos foi fator determinante para que a Presidente da Câmara buscasse junto ao Ministério Público uma solução para o acolhimento de crianças vítimas de abusos, maus-tratos e abandono. Após duas reuniões com a participação da Dra. Patrícia Vialli Nicolini, Dra. Karina Seiko Hashizume, Conselho Tutelar, Juizado de Menores, Assistência Social e Cruzada Pró-Infância, foi constatado que o município já possuía um lo-



cal adequado para o abrigamento e que seria necessário a participação das Prefeituras através de subvenções para a manutenção dos serviços. Durante a terceira reunião, realizada em novembro, os Prefeitos de Cambuí, Córrego do Bom Jesus e Senador Amaral se comprometeram a contribuir com o custeio da Casa da Criança através de convênios.

## Reprovação de contas de campanha não impede candidaturas

Agência Minas

Os políticos que tiveram contas de campanha rejeitadas pela Justiça poderão participar das eleições deste ano, segundo decidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na noite desta quinta-feira. Por maioria de 4 votos a 3, o tribunal desfez decisão da própria corte que impedia a candidatura dos chamados “contas-sujas”. A medida pode

beneficiar ao menos 21 mil candidatos que não tiveram suas contas de campanha aprovadas em 2010, segundo estimativa do gabinete da presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia.

O julgamento foi retomado com o voto vista do ministro Antonio Dias Toffoli, que desempatou o placar de 3 votos a 3. Para Toffoli, a apresentação das contas de campanha – independentemente de

elas serem aprovadas ou não – é suficiente para deixar o candidato quite com a Justiça Eleitoral.

O ministro ressaltou, no entanto, que caso as contas sejam apresentadas sem documentos, “de forma fajuta”, a Justiça irá desconsiderá-las e o político será barrado. Durante a proclamação do resultado, o ministro Henrique Neves fez questão de ressaltar que a decisão diz respeito ape-

nas a contas de campanha, e que os gestores públicos com a contabilidade reprovada por tribunal de contas continuam inelegíveis, conforme determina a Lei da Ficha Limpa.

Os ministros analisaram um pedido do PT e de mais 17 partidos para que o TSE reavaliasse a decisão de março deste ano que, por 4 votos a 3, passou a exigir a aprovação das contas de campanha para liberar candidaturas.

Toffoli seguiu a posição dos ministros Gilson Dipp, Henrique Neves e Arnaldo Versiani. Eles defenderam que o TSE havia extrapolado o que a lei exige ao cobrar a aprovação das contas. Na outra vertente, estavam os ministros Nancy Andrighi Cármen Lúcia e Marco Aurélio, para quem a intenção da lei é moralizar a atuação política, mesmo que isso não estivesse escrito expressamente no texto.



## Palavra da Presidente

### Poder Legislativo e a função fiscalizadora

Nós brasileiros temos assistido incrédulos a uma sucessão de escândalos de corrupção, de desvio de dinheiro público, de obras superfaturadas, de concursos e licitações fraudulentas. Muitas vezes penso que chegamos ao fundo do poço, mas vem outro escândalo ainda pior que os anteriores.

A corrupção está entrelaçada nas estruturas e em todas as esferas de Poder. Creio, porém, que a constatação desse fato não deve nos deixar descrentes e desesperançosos quanto à

política e a democracia. Ao contrário, acredito que mais do que nunca devemos nos agarrar aos canais de participação social e usá-los para conscientizar a população sobre a importância de elegermos pessoas verdadeiramente comprometidas com o desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico das nossas cidades.

Fico perplexa quando temos diante de nós uma oportunidade de nos diferenciarmos de toda essa lama, de nos afastarmos dessa podridão, mas desprezamos essa oportu-

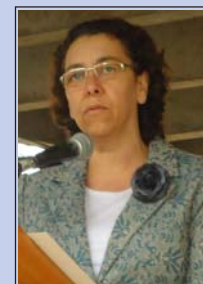
nidade. Já dissemos, já esclarecemos que o Vereador é o representante do povo e como tal suas funções são LEGISLAR (criar e aprovar leis) e FISCALIZAR (o Executivo e o próprio Legislativo). Nos últimos dias do mês de junho recebemos na Câmara uma denúncia contra o Sr. Prefeito e contra a Presidente do FAPEM. Segundo o decreto 201 de 1967 antes de apurar qualquer denúncia, de averiguar a veracidade das informações que fundamentam a denúncia, os Vereadores devem votar se RECEBEM ou não a denúncia para

que seja apurada, averiguada, investigada. Mas, pasme, a maioria dos Vereadores votaram contra o recebimento da denúncia. Isso é escandaloso. É não cumprir uma das atribuições básicas do Vereador que é a fiscalização das ações do Executivo.

Quero deixar claro aqui que não estou fazendo juízo de valor sobre o conteúdo da denúncia, pois ela sequer foi aceita pelos Vereadores. Estou expressando aqui minha indignação quanto à recusa em apurar os fatos

denunciados.

No entanto, digo e repito que não devemos desacreditar na democracia e nas instituições que tanto lutamos para tê-las. Devemos sim, fortalecer nossa participação nas entidades e associações e fazer valer a vontade popular.



**Rosely Moraes**  
Presidente da  
Câmara Municipal  
de Cambuí

### Legislativa 2009/2012

#### Mesa Diretora Biênio 2011/2012



**Edivaldo Bueno**  
Vice-Presidente



**Rosely Moraes**  
Presidente



**Marina Moura**  
Secretária

#### Vereadores



**Airton Francisco**



**Airton Lopes**



**Geraldo Aparecido**



**Luiz Paulo**



**Maria do Carmo**



**Olímpio Cláudio**



#### Publicação Periódica da Câmara Municipal de Cambuí

Instituído através da Resolução nº 416/2011  
CNPJ 74.195.009/0001-31 - Rua Saldanha  
Marinho, 260 - Centro - Cambuí - MG  
camaracambui@camaracambui.mg.gov.br

#### Projeto Gráfico e Jornalista Responsável:

Laila Salman - MTB 11.910/MG-JP

**Dúvidas e Sugestões:** Tel (35) 3431-1990

ou pelo e-mail

assessoriadecomunicacao@camaracambui.mg.gov.br

Tiragem: 6.000 mil exemplares

#### Mesa Diretora Biênio 2011/2012

**Presidente:** Rosely Moraes,

**Vice-Presidente:** Edivaldo Bueno,

**Secretária:** Marina de Moura,

**Vereadores:** Airton Francisco, Airton Lopes,

Geraldo Aparecido, Luiz Paulo,

Maria do Carmo, Olímpio Cláudio

**Reuniões:** Toda primeira e terceira terça-feira do mês às 19h

### Fala Cidadão

Em 10 de junho de 2012, Wanda Pinheiro <jwtpinheiro1@hotmail.com>, escreveu:

Gostaria que os vereadores fizessem uma vistoria na rodoviária para saber se é legal a cobrança da taxa do uso dos banheiros e fazer um pedido ao Ministério Público a legalidade da cobrança. Vale lembrar que no estado de São Paulo foi proibida a cobrança e existe na ALMG Projeto de Lei que pode proibir aqui em Minas Gerais a tal cobrança. Aguardo resposta.

Em 29 de junho de 2012, foi encaminhada pela Câmara Municipal <camaracambui@camaracambui.mg.gov.br>, resposta sobre o tema:

Boa tarde,

De posse de sua reivindicação este Poder tomou a seguinte providência:

Encaminhou o e-mail ao Chefe do Poder Executivo, Prefeito Benedito Antonio Guimenti, e entrou em contato via telefone com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Senhor Gerson Benedito de Oliveira que informou que iria notificar a Empresa Konstantinos Gontzos Neto que atualmente administra o Terminal Rodoviário, para comprovação da denúncia.

Por ser um espaço pré-determinado, os e-mails que chegarem até nós serão selecionados e resumidos.

Mande-nos sua mensagem e participe deste espaço democrático

assessoriadecomunicacao@camaracambui.mg.gov.br



### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ATÉ MAIO / 2012

RECEITA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Correntes	0,00	0,00	0,00
Capital	0,00	0,00	0,00
Soma	0,00	0,00	0,00
Déficit	1.317.300,00	388.003,39	-979.296,61
Total	1.317.300,00	388.003,39	-979.296,61
DESPESAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Créditos orçamentários	1.317.300,00	388.003,39	-979.296,61
Créditos adicionais	0,00	0,00	0,00
Soma	1.317.300,00	388.003,39	-979.296,61
Superávit	0,00	0,00	0,00
Total	1.317.300,00	388.003,39	-979.296,61

#### BALANÇO FINANCEIRO ATÉ MAIO / 2012

RECEITA	DESPESA
Orçamentária	Orçamentária
Extra-orçamentária	Extra-orçamentária
Saldo Exercício Anterior	Saldo p/ o Exercício Seguinte
Total	Total

0,00 388.003,39  
566.369,03 36.454,52  
12.944,72 204.855,84  
579.313,75 579.313,75

#### BALANÇO PATRIMONIAL ATÉ MAIO / 2012

ATIVO	PASSIVO
Bancos	Restos a pagar
Bens Móveis	Depósitos
Bens Imóveis	
Almoxarifado	
Soma do Ativo Real	Soma do Passivo Real
	Saldo Patrimonial
	Ativo Real Líquido
Compensado	Compensado
Total	Total

204.855,84 0,81  
141.388,27  
611.550,00  
36.012,38  
993.806,49 0,81  
0,00 993.805,68  
993.806,49 0,00  
993.806,49 993.806,49

#### DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ATÉ MAIO / 2012

VARIAÇÕES ATIVAS	VARIAÇÕES PASSIVAS
Resultantes Execução Orçamentária	Resultantes Execução Orçamentária
Receita Orçamentária	Despesas Orçamentária
Mutações Patrimoniais	Mutações Patrimoniais
Independentes Execução Orçamentária	Independentes Execução Orçamentária
Diversos	Diversos
Soma	Soma
Déficit	Superávit
Total	Total

0,00 388.003,39  
16.646,00 0,00  
572.195,60 15.846,73  
588.841,60 353.850,12  
0,00 234.991,48  
588.841,60 588.841,60

Rosely Aparecida de Moraes  
Presidente da Câmara

Rosilene de Lima Machado Silva  
Assessora Administrativa e Financeira  
Controle Interno

Edna Maria Dias  
Técnica Contábil  
CRC/MG 077.958/O-8

### Câmara Informa

No mês de julho os Vereadores estarão em Recesso Parlamentar, não havendo Reuniões Ordinárias.

A Câmara reabrirá seus trabalhos em agosto, durante a **11ª Reunião Ordinária** no dia 07 de agosto às 19h.

O Informativo "Câmara em Ação" está sendo exibido na TV Extremo Sul nos seguintes dias e horários:

**Sábado às 19h40**

**Domingo às 12h10 e às 19h40**

**Segunda-feira às 12h40**

**Os programas são quinzenais e reprisados na semana seguinte. Sendo assim a população tem várias oportunidades para acompanhar o Informativo**



# Vereadores rejeitam investigação de denúncia contra Prefeito e Presidente do FAPEM



## Proposições tramitadas em junho

### **De autoria da Mesa Diretora:**

Projeto de Resolução nº05: Modifica o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cambuí, Estado de Minas Gerais. **Aprovado por unanimidade em Primeiro Turno.**

### **De autoria da Vereadora Rosely Moraes:**

Projeto de Lei nº23: Altera o artigo 5.º da Lei Municipal nº 2.160/2010, que trata sobre a composição do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. **Aprovado por unanimidade em Primeiro e Segundo Turno.**

### **De autoria do Poder Executivo**

Projeto de Lei nº 22: Dispõe sobre a Doação de Terreno e Isenção de Tributos Municipais empresa Metalgear Crystal Tecnologia de Metais e dá outras providências. **Aprovado por unanimidade em Primeiro e Segundo Turno.**

Projeto de Lei nº25: Autoriza Abertura de Crédito Especial no Orçamento Vigente e dá outras providências. **Aprovado por unanimidade em Turno Único**

Projeto de Lei Complementar nº 01: Dispõe Sobre a Política Municipal do Meio Ambiente do Município de Cambuí. **Aprovado por unanimidade em Primeiro Turno.**

Projeto de Lei nº24: Autoriza Permuta de Imóvel Público Urbano. **Aprovado por unanimidade em Primeiro Turno.**

### **De autoria da Comissão de Justiça, Legislação, Redação e Finanças:**

Emenda nº1 ao Projeto de Resolução nº 05/2012 – Altera o prazo para o pronunciamento das Comissões e a forma de inscrição para o uso da Tribuna Livre. **Rejeitado por 5 votos a 3 em Turno Único.**

Emenda nº1 ao Projeto de Lei n.º 23, que trata sobre a composição do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. **Aprovada por 7 votos a 1 em Turno Único.**

Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº21 - emenda supressiva de caráter técnico na Lei de Diretrizes Orçamentárias. **Aprovado por unanimidade em Turno Único.**

Entre os seis Projetos votados durante o mês de junho, três exigiram mais atenção das Comissões, entre eles as modificações no Regimento Interno da Casa e a Política Municipal do Meio Ambiente aprovados em primeiro turno. Outro que gerou grande discussão foi a mudança na composição do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico aprovada por unanimidade em dois turnos e que aguarda sanção do Prefeito.

Também ganhou destaque a denúncia de abuso de poder do Prefeito Benedito Antonio Guimenti e da Presidente do FAPEM Maria Helena

Rodrigues apresentada durante a 10ª Reunião Ordinária. A denúncia apresentada pelo Senhor Tadeu Aparecido Nogueira da Silveira referia-se a atos praticados na gestão do FAPEM (eleição do cargo de Diretor-Presidente e instauração de processo administrativo contra Conselheiros) e até mesmo na prorrogação do contrato de Assessoria do Fundo com a empresa LCO. Após tomarem conhecimento dos fatos os Vereadores rejeitaram a denúncia por 8 votos a 1, votou favorável ao recebimento da denúncia a Vereadora Rosely Moraes.

## Indicações aprovadas em junho

**Vereador Geraldo Aparecido – nº23:** Sejam instaladas lixeiras em trecho das Ruas Vereador Adolfo Jonas da Silva e José Luiz Tavares

**Vereadora Rosely Moraes – nº24:** Seja viabilizado o aumento do valor do passe escolar concedido aos alunos dos cursos técnico e superior. **nº25:** Sejam realizadas obras de conclusão de calçamento e iluminação de trecho da Rua Guilherme Stringueta.

**Vereadora Marina de Moura – nº27:** Sejam instalados redutores de velocidade na via de acesso ao Bairro Furnas.

**nº28:** Sejam concluídas as obras de construção de um campo de futebol no Bairro Furnas.

## Moções aprovadas em junho

**Vereador Geraldo Aparecido – nº20:** Moção de Pesar aos familiares do Senhor Elias da Silva Oliveira.

**Vereadora Maria do Carmo – nº24:** Moção de Pesar aos familiares da Senhora Dorotéia da Rosa Silva.

## A Câmara esteve presente:



A Câmara realizou nos dias 06, 13 e 20 de junho o curso preparatório sobre Atividade Parlamentar. O curso contou com a participação de 30 pessoas, que acompanharam as palestras de Daniel Inocêncio e Rosilene Machado



O Vereador Edivaldo Bueno participou da comemoração dos 237 anos da Polícia Militar de Minas Gerais, realizada no dia 15 de junho em Extrema.



Os Vereadores Edivaldo Bueno, Geraldo Aparecido, Marina de Moura, Olímpio Cláudio e Rosely Moraes participaram do 3º encontro da Mulher Rural realizado no dia 16 de junho, que contou com a presença de 160 mulheres de vinte bairros rurais. Durante o evento foram realizadas diversas palestras, com temas sobre a saúde, segurança e direitos da mulher.



No dia 16 de junho as Vereadoras Maria do Carmo e Rosely Moraes participaram da posse dos 14 novos membros da Academia Cambuiense de Letras Artes e Ciências, criada há um ano no município.



Os Vereadores Geraldo Aparecido e Marina de Moura participaram nos dias receberam do Instituto Tiradentes, a medalha Presidente Tancredo Neves, Geraldo Aparecido recebeu a medalha de ouro e Marina de Moura a de bronze, o segundo colocado foi o Vereador Luiz Paulo.



# Câmara Realiza última Sessão Itinerante do 1º semestre

*Dentre os temas discutidos destacam-se a infraestrutura, segurança e o apoio ao grupo de capoeira*



Durante a última Câmara Itinerante do semestre realizada na Vila Santa Edwiges os moradores destacaram a falta de segurança na saída da escola e a ausência de incentivo à prática da capoeira dentro da escola, questionaram também o

valor do passe escolar destinado aos cambuienses que cursam faculdades em outros municípios.

O professor de capoeira Fábio Fonseca questionou a falta de apoio da escola, que atribui aos 28 alunos à depreciação do prédio. De acordo

com Fonseca os aprendizes com idade entre 5 e 12 anos são acompanhados pelos responsáveis durante as aulas e que a mudança do local de treino iria dificultar a participação dos interessados, que há 8 anos acompanham a atividade na escola. Os Vereadores

se mostraram surpresos com a situação tendo em vista que hoje atividades extracurriculares têm sido incentivadas pelo Governo, como forma de contribuir para a inclusão social dos estudantes.

Segundo José Antonio dos Reis outro grande problema é a falta de segurança no horário de saída das aulas, quando carros e crianças dividem o mesmo espaço sem qualquer fiscalização. “Falta fiscalização e conscientização dos motoristas”. Outro ponto levantado por Reis é a ausência de saneamento básico em trecho da Rua Sabino Marques Padilha, situação que já se arrasta há 20 anos.

A falta de iluminação em algumas ruas do bairro e o grande número de lotes sujos reforçaram as críticas recebidas em outros bairros, que questionaram a atuação da

Secretaria de Obras e a responsabilidade dos proprietários que abandonam os terrenos. Os Vereadores esclareceram que diversas indicações têm sido feitas, mas não existe um posicionamento concreto sobre a limpeza dos lotes, apesar do Município possuir uma legislação específica para o tema.

Os moradores questionaram ainda o valor do auxílio disponibilizado aos estudantes que frequentam faculdades fora de Cambuí, segundo eles o valor não chega a 15% do total gasto com transporte. De acordo com Zilda Izabel Nunes Ribeiro o ensino estimulado pelo Governo não é realidade para todos tendo em vista o valor gasto para que os alunos possam se formar.

## Vila Santa Edwiges

**População:** 2000 habitantes

**Economia:** A Vila abriga uma das principais empresas do Município, além de empreendimentos de médio porte como gráficas e confecções.

**Serviços:** Um posto do PSF atende aos moradores da Vila, que também recebem visitas domiciliares uma vez ao mês. O Centro de Educação Infantil Municipal Maria Horminda Eiras atende cerca de 200 crianças e os alunos do 1º ao 5º ano são encaminhados à Escola Municipal Lázaro Maximiano Pereira.

**Lazer:** A festa da padroeira da Vila é o principal evento da comunidade, os moradores possuem entre as formas de entretenimento a academia e o campo disponibilizados pela empresa Rhodes, além das aulas de capoeira.

## Audiência Pública discute diretrizes para Orçamento 2013

O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 (LDO) foi apresentado na Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal no dia 15 de junho. O Projeto que é de autoria exclusiva do Poder Executivo define as metas e prioridades da Administração para o Orçamento do próximo ano e tem de ser aprovado antes do término da 1ª período da Sessão Legislativa.

O conteúdo da LDO foi exposto pela Assessora Administrativa e Financeira da Casa, Rosilene Machado e apesar de ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento da Cidade a participação da população foi mínima, fato que desfavorece o acompanhamento correto da execução das metas apresentadas.

As obras de calçamento estão definidas como meta prioritária para 2013 com a utilização de recursos de convênio. Outras obras com início em 2013 também estão previstas na Lei, entre elas, construção de creche, de posto de saúde, um quadra no Bairro Jardim Américo e do Mirante do Cruzeiro.

Os dispositivos constantes no Projeto de Lei Nº21/2012 são de extrema importância para que a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2013 contenha as bases necessárias para que o Governo Municipal alcance os seus objetivos. Mais informações sobre O Projeto estão disponíveis no site da Câmara, [www.camaracambui.mg.gov.br](http://www.camaracambui.mg.gov.br), no link Projetos em tramitação.

## Lei de Diretrizes Orçamentárias é aprovada em Reunião Extraordinária



Em Sessão Extraordinária realizada no dia 26 de junho, os Vereadores aprovaram por unanimidade a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013, que servirá como guia para a elaboração do Orçamento para o próximo ano. Dois artigos presentes no Projeto enviado pelo Poder Executivo foram retirados através de Emenda Supressiva de autoria da Comissão de Justiça, Legislação, Redação e Finanças, a primeira alteração, citada no

inciso VI do artigo 6º tem como fundamento a sua eliminação em considerando que o Município não possui em sua estrutura empresas que dependa de seu capital, sendo, pois, descabida a inserção no citado projeto.

Da mesma forma, existe a necessidade de eliminação do texto proposto no § 1º do artigo 42, por estar em contradição com o enunciado do artigo 42, onde fica instituído que, “O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico,

transferir total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2013 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação”.

Durante a Sessão também foram aprovados os Projetos número 24, que autoriza permuta de imóvel público urbano e número 26, que declara de utilidade pública a associação de carreiros de Cambuí.